

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 012 / 2018

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social de
2 Santos – CMAS, realizada no dia 04 de setembro de 2018, na sede do Conselho, sita a
3 Rua XV de Novembro, 183 – Centro – Santos/SP com a presença de conselheiros e
4 convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo que faz parte integrante desta
5 ata. A Presidenta Marina Carvalho Perez Peña cumprimenta a todos e passa para o **Item**
6 **1 - Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária do dia**
7 **03.07.2018, Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral Extraordinária do**
8 **dia 27.07.2018 e Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária do**
9 **dia 07.08.2018.** A presidenta Marina informa que foram publicados 08 itens de pauta, e
10 que as atas não ficaram prontas a tempo, solicita assim a supressão deste item. Destaca
11 ainda que A primeira secretária não está presente e pergunta a plenária se algum
12 conselheiro se habilitaria a fazer a ata. O conselheiro Marcos (SESEG) ficou responsável.
13 **Item 2 - Apresentação da Base de Emergências Municipais - BEM – competes da**
14 **SEDS.** A presidenta Marina informa que este segundo item de pauta seria a apresentação
15 do BEM, mas que, na reunião da comissão de finanças foi dialogado sobre a necessidade
16 de também falar sobre a lei orçamentaria anual que tem que passar no conselho antes de
17 ir para a câmara. E já estava em processo e a secretaria ainda não tinha enviado para o
18 conselho a apreciação e aí os representantes, das finanças ressaltam que o prazo é mais
19 para o conselho poder fazer a deliberação é até o final de setembro, então a comissão
20 mostrou como sugestão deixar a discussão sobre o “BEM” para a próxima assembleia e
21 apresentar a discussão sobre a “LOA” nesta. Destacamos que a convocação com a pauta
22 já havia sido encaminhada para a publicação. Como a Sra. Gracielle ainda não se
23 encontra presente e está responsável pelo financeiro, quando ela chegar solicitaremos
24 para fazer a apresentação. A colaboradora Luci destaca que o assunto saiu no Diário
25 Oficial, o relatório da 10ª conferência da questão do orçamento. Agora temos que procurar
26 soluções certas lá na câmara, comissão permanente deu orçamento da assistência. Sra.
27 Marina, presidenta, concorda com Sra. Luci, precisamos lidar com esse assunto com
28 máxima urgência, só lembrando que a gente precisa desse documento com uma certa

29 urgência para poder ser discutido nas comissões e sugerir alterações, e depois apresentar
30 para a assembleia, só que não foi encaminhado esse documento para análise e a gente
31 só tomou conhecimento dessa situação a partir de uma capacitação que eu e a Flávia,
32 fomos em Brasília e disseram que essa lei precisa passar pelo conselho, então foi uma
33 comida de bola que o conselho cobrou em cima da hora, isso é da sociedade civil, a gente
34 não tem capacidade e nem formação permanente para poder atuar. Então estamos
35 encobrindo as coisas ao longo do nosso percurso. A presidenta Mariana pergunta a
36 plenária se alguém tem alguma dúvida das coisas que está sendo colocado aqui. Como a
37 Gracielle do financeiro ainda não chegou a gente retorna esse assunto para quando ela
38 chegar. Então volta para **o item 3 - Programa Primeira Infância no SUAS - Criança**
39 **Feliz.** A Secretaria de Desenvolvimento Social “SEDS”, a partir de reavaliação de sua
40 equipe de trabalho, e considerando que a implantação do programa em sua totalidade
41 demandaria na ampliação do quadro de recursos humanos e custos operacionais,
42 resolveu declinar do aceite ao programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz, cujo
43 termo fora firmado em 18/082017. Essa medida, ao menos no momento, em razão da
44 crise econômica atravessada pelo país, se faz necessário pois não seria prudente em
45 respeito à Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF). Foi encaminhado ofício ao Ministério do
46 Desenvolvimento Social e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – DRADS
47 Baixada Santista, informando a decisão que os recursos repassados e não utilizados
48 serão devolvidos. Então, após a discussão no conselho sobre o aceite do programa, parte
49 da sociedade civil se posicionou contra o programa, mas foi aprovado em sua maioria
50 pelos conselheiros representantes da área governamental. Discutimos sobre o ofício na
51 diretoria executiva no mês de julho e depois foi encaminhado para que fosse apresentado
52 na assembleia de setembro, este conselho concorda em declinar, mas não pelos motivos
53 impressos aqui, ou seja, pela crise econômica, mas por outras questões relativas à
54 sobreposição de ação a outros serviços, tem várias críticas. Então se for de acordo dos
55 conselheiros presentes nesta assembleia a resolução normativa será publicada pelo
56 declínio do programa considerando tudo que já foi lincado. A presidenta Marina informa
57 que a secretaria não encaminhou o ofício ao CMDCA, mas que este CMAS encaminhou.
58 **Neste momento, a Sra. Gracielle presente à reunião, apresenta a peça orçamentaria**
59 **da SEDS para 2019,** num panorama geral do que foi falado na reunião da secretaria de
60 finanças que já lançou o teto do que cada secretaria pode usar para manter suas
61 despesas e fazer o lançamento orçamentário para o ano seguinte, temos: Fonte 01
62 (Recursos do Tesouro) a secretaria de finanças disponibilizou R\$ 62.299,000,00; Fonte
63 02 (transferências e Convênios Estaduais) - R\$ 1.517.000,00, Fonte 03 (Recursos

64 Próprios de Fundos Especiais de Despesas) - R\$4.000.000,00; nesse fundo entra
65 campanha antidrogas; Fonte 05 (transferências e Convênios Federais) - R\$4.138.000,00;
66 Fonte 06 (Outras fontes de recurso) - R\$ 952.000,00 nessa fonte estão PROCON Santos,
67 CMDCA e também o COMAD, totalizando o valor de R\$ 68.910.000,00. Sra. Marina,
68 presidenta, questiona sobre aumento para o exercício 2019 e o que isso representa no
69 orçamento da prefeitura. Sra. Gracielle informa não ter o percentual, mas que trará
70 detalhado. Na sequência apresenta o orçamento para a Secretaria de Desenvolvimento
71 Social: Total previsto: R\$ 68.910.000,00, deste: R\$ 62.299.000,00 para recurso da fonte
72 01; e R\$ 6.611.000,00 para fonte externa. Do Fundo Municipal de Assistência Social –
73 FMAS temos: R\$ 18.413.000,00 e FMAS –F01: R\$ 12.760.000,00. Na oportunidade
74 esclarece o que é previsto para cada fonte apresentada. A íntegra da apresentação se
75 encontra disponível para consulta no CMAS. Sra. Luci, colaboradora, sugere a colocação
76 de índices na apresentação de modo a facilitar o entendimento. Sra. Gracielle informa que
77 por meio do recurso da fonte 01 temos alocado o PNF que em valores se executa R\$
78 1.400.000,00 para 625 benefícios. Sra. Luci, colaboradora, reforça a necessidade em se
79 esclarecer os códigos orçamentários. Que sabe decifrar o código 16 por ter feito curso.
80 Sra. Gracielle esclarece que para o exercício 2019 o código 16 passa a ser 4011. Sra.
81 Josenice, representante do Albergue Noturno, questiona se a SEDS considerou a
82 deliberação da Conferência quanto a ampliação do PNF. Sra. Gracielle esclarece que
83 tentou ampliar o Programa dentro do possível, que a intenção era 10% mas só conseguiu
84 ampliar de 600 benefícios para 625. Sra. Luci, colaboradora, pergunta se essas
85 informações estão informatizadas, disponíveis. Sra. Gracielle informa que os dados
86 aparecem no Portal da Transparência, mas que o sistema está sendo alterado de forma a
87 ficar mais claro para consulta dos munícipes. Dirimidas todas as dúvidas passa para o
88 **item 4 – Apreciação e Deliberação do Plano de Ação do governo Federal – 2018.** Sra.
89 Marina, presidenta, informa que o Plano precisa ser colocado no sistema até o dia 09 e
90 que o plano foi apreciado pela comissão financeira e faz a leitura da ata da reunião: “Aos
91 28 dias do mês de agosto de 2018 as participantes da comissão de finanças e convidados
92 se reuniu na sede da SEDS, de acordo com a lista de presença em anexo, representantes
93 do CMAS, representantes dos trabalhadores, Marina apresentou um breve relato da sua
94 participação e capacitação do CMAS em Brasília Distrito Federal sobre a gestão
95 financeira do CMAS, conferiu os dados pelo CMAS para ser encaminhada a câmara
96 assim como a lei orçamentaria que o CMAS quer definir as formas de utilização dos
97 recursos IGD, Bolsa Família e referente ao fundo municipal emitido ao CMAS para ser
98 executado a utilização de recursos estratégicos. Sugeriu na roda de conversa na

99 capacitação de conselheiros, Roberto do setor de finanças informou que há um grupo de
100 pessoas responsáveis pelo setor de finanças na sede para conversar sobre a
101 apresentação da LOAS ao CMAS uma vez que o prazo final para apresentação a câmara
102 é 30 de setembro, os pedidos que chegam ao CMAS ainda essa a semana e a
103 apresentação ficou para a próxima assembleia e que essa questão pode e deve ser
104 superada. Foi solicitado que fosse enviado oficialmente o cronograma da ata de
105 participação de assembleia e reunião do CMAS, aí foi contada a participação dos
106 representantes de diversas instituições e o CMAS questionou a ausência e indicações de
107 suplentes nas diversas comissões no CMAS, foi debatido sobre plano de governo federal
108 que foi apresentado na assembleia e que teve questionamento sobre as metas utilizadas
109 para memorias de cálculo, dos números do plano de ação. Ficou a partir desse ano
110 buscar uma maneira de atingir as metas nos serviços. A comissão indica a apresentação
111 do Plano para aprovação na próxima AGO. A Sra. Marina destaca que o plano é chamado
112 SUASWEB, que o órgão gestor já colocou suas metas para cada serviço, que passou na
113 comissão de finanças duas vezes e estava apresentando dificuldades na demanda de
114 cálculos em relação de apresentação ao serviço especialmente da especial. Entendeu-se
115 assim que para esse trabalho cada serviço tem uma previsão de atendimento e que essa
116 previsão de atendimento tem que estar adequada a norma do RHSUAS. Dirimidas as
117 dúvidas o Plano foi aprovado com ressalvas. **o item 5 – Recomposição das Comissões.**
118 A conselheira Fernanda Gonçalves informa que a comissão de política, dentre as suas
119 funções, é responsável pela revalidação das inscrições junto ao Conselho. Que vem
120 ocorrendo um esforço por parte de alguns conselheiros da comissão, que tem sido um
121 espaço esvaziado pelos representantes da gestão e que devido ao número grande de
122 revalidação de vagas trazemos para a assembleia a necessidade de se repensar esses
123 representantes de comissões e abrir para outros conselheiros para que eles possam
124 também fazer o processo de revalidação dessas inscrições. Que a comissão precisa
125 desse reforço para dar conta das revalidações. Sra. Marina, presidenta, esclarece que o
126 conselho tem a responsabilidade de inscrever as entidades, e que não é responsabilidade
127 exclusiva da comissão de políticas fazer isso, que neste momento necessita da
128 contribuição dos representantes das comissões principalmente da área governamental, as
129 comissões precisam ter parte de representantes da organização civil e governamental.
130 Esclarecendo que não será uma participação permanente, será só para esse momento.
131 Os conselheiros Leandro, Alessandra e Paulo, se colocaram à disposição. **Item 6 –**
132 **Informes do Gestor.** Não houve relatos. **Item 7 – Informes do CMAS.** Sra. Marina,
133 presidenta, destaca que participou junto com a conselheira Flávia de capacitação em

134 Brasília na área financeira e que gostaria de socializar as informações. Foi acordada a
135 data de 17 de outubro às 9h00, no Instituto Vitae Domini, sita a Av. Senador Pinheiro
136 Machado, 22 para devolutiva desta capacitação; outra informação é relativa ao email
137 encaminhado pela secretaria executiva **com o título “Pauta Emergencial na**
138 **Assembleia”.** Vou fazer a leitura do e-mail para todos: **“Senhores Conselheiros para**
139 **conhecimento** Informo que este CMAS foi procurado pela instituição **APAEA** tempos
140 atrás para orientação quanto a reinscrição de serviço. No momento informou que desde o
141 cancelamento em 2012 de todas as instituições por orientação nacional frente a
142 publicação da tipificação a instituição vem tentando sua revalidação do CEBAS junto ao
143 MEC. O MEC que não reconhece o serviço como escola alegando que o mesmo se
144 enquadra na assistência social e encaminha para o MDS que devolve para o MEC.
145 Durante este impasse a renovação do CEBAS ficou pendente o que **hoje** ocasionou a
146 cobrança dos tributos. **Ontem** foram surpreendidos com a notícia de que a instituição
147 deverá pagar a multa pelo período em que os Ministérios não se entenderam no valor de
148 R\$20.000,00/mês. Frente a isso, a representante da **APAEA** de forma muito aflita
149 solicitou ao CMAS ajuda na possibilidade de quebra do protocolo de inscrição para
150 análise e visita de forma emergencial no serviço da instituição para que a mesma tenha
151 condições de recorrer da decisão. Esclareceu que o valor a ser pago é inviável e
152 comprometeria a continuidade do serviço prestado. Mediante o fato, a Sra. Presidenta foi
153 acionada e posicionada dos fatos. Isto posto, considerando a urgência da instituição, o
154 plano será analisado e a visita realizada no dia 03.09.2018 pela presidenta e pela
155 conselheira Fernanda Gonçalves. A devolutiva ocorrerá de forma emergencial na
156 Assembleia Geral do dia 04.09.2018. Sra. Marina, presidenta, informa que as
157 representantes da instituição se encontram na assembleia e pede para as mesmas se
158 manifestarem. A assistente social da APAEA, Sra. Adriana, informa não conseguir a
159 renovação do CEBAS visto o MEC não reconhecer como educação e o MDS exigir a
160 inscrição junto ao CMAS. Esclarece a necessidade do CEBAS para a saúde financeira da
161 entidade e, por conseguinte sua manutenção. Informa que na semana passada
162 receberam uma guia para o pagamento da parcela do imposto patronal do presente
163 exercício no valor de R\$ 20.000,00, com possibilidade de receber as retroativas também.
164 Destaca que o trabalho atende **65** autistas, dentre eles jovens e adultos. Que o trabalho é
165 realizado de forma séria agora com o risco de fechar a casa. Destaca que a entidade
166 existe a 32 anos na cidade e por conta dos ministérios não se entenderem estamos
167 correndo o risco de fechar. Com isso pedi a Marina socorro literalmente, pelo desespero
168 em que nos encontramos, por que não quero ver esse cenário acontecer. O MEC não nos

169 reconhece e o MDS aponta a necessidade do reconhecimento do CMAS. Venho então
170 pedir socorro na verdade. Na sequência a Sra. Marina, presidenta, informa ter feito visita
171 ao local, esclarecendo que para ter a inscrição existe todo um protocolo, tem uma ordem
172 de inscrição, a gente até passou seu projeto na frente de outros, mas que nós como
173 conselheiros não temos autonomia para decidir sobre a inscrição, então levaríamos para
174 essa assembleia, primeiro os conselheiros se vão votar dessa forma nesse espaço e se
175 votar a gente faz a leitura dessa visita e a assembleia se responsabiliza pelo parecer. Vou
176 chamar cada conselheiro para votar começando pela área governamental, representante
177 da SEDS: Leandro (favorável a discussão e votação), saúde: Alessandra (favorável),
178 desenvolvimento urbano (extraordinária), segurança (extraordinária). Área não
179 governamental: mãos entrelaçadas não está presente, CMD suplente Daniele (favorável),
180 Pro Viver (favorável), Casa Criança já foi, CAMPS já foi. Trabalhadores: Tayna, também
181 já foi; Mayara (acho que tem que deixar para a próxima assembleia), Usuários: nenhum
182 presente. Sendo assim já é possível fazer a votação: como está a votação 5x3,
183 entendemos que dá para fazer a votação na assembleia. Foi feita a leitura do documento
184 sobre a visita que o CMAS fez a APAEA. O conselheiro Leandro esclarece que pela lei da
185 educação especial o atendimento é realizado para até 18 anos e que após isso torna-se
186 assistência social. Por isso algumas entidades acabaram fazendo proposta de projetos e
187 como a APAE tem conhecimento nacional ela conseguiu que nacionalmente se
188 reconhecesse a APAE como unidade de assistência social, as demais criaram propostas
189 e diante disso os municípios tem que dialogar com essas entidades para uma resolução.
190 Dirimidas todas as dúvidas, a inscrição foi aprovada. **Item 8 – Assuntos Gerais.** Não
191 houve informes. Sem mais assuntos a tratar, a Assembleia foi encerrada pela Sra.
192 Presidenta e eu Marcos Moura Alves dos Santos lavrei a presente ata, a qual se
193 apresenta assinada por mim e pela Presidenta Marina Carvalho Perez Peña.

194
195
196
197
198
199
200
201
202
203

Marina Carvalho Perez Penã
Presidenta

Marcos Moura Alves dos Santos
2ª secretário